



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
**COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

**GESTÃO PÚBLICA POR RESULTADOS – GPR**  
**RELATÓRIO DE DESEMPENHO SETORIAL – RDS 2010**

**Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente - CONPAM**

Fortaleza, março de 2011



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
**COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

**GOVERNADOR**

Cid Ferreira Gomes

**VICE-GOVERNADOR**

Domingos Gomes de Aguiar Filho

**SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO**

Antônio Eduardo Diogo de Siqueira Filho

**CONSELHO DE POLÍTICAS E GESTÃO DO MEIO AMBIENTE**

Paulo Henrique Ellery Lustosa da Costa

**COORDENAÇÃO DE ELABORAÇÃO**

Fátima Coelho Benevides Falcão

**ELABORAÇÃO**

**COORDENAÇÃO TÉCNICA SETORIAL**

Maria Dias Cavalcante

José Wilton Soares e Silva

José Mauricio Mendes Giffoni

Romulo Braga Gomes

**EQUIPE TÉCNICA DE GPR/SEPLAG**

Annuzia Maria Pontes Moreira Gosson

Daniele Passos de Lima Albuquerque

Maria Neuman Ribeiro Moreira

Sandra Maria Braga – Colaboração Técnica

## SUMÁRIO

### I. ANÁLISE DOS RESULTADOS SETORIAIS

#### 1. RESULTADO SETORIAL: MELHORIA DA QUALIDADE DOS RECURSOS AMBIENTAIS

##### 1.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 1

##### 1.2. Relação Produto-Resultado

###### 1.2.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

###### 1.2.2. Influência Produto-Resultado

#### 2. RESULTADO SETORIAL: FORTALECIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL

##### 2.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 2

##### 2.2. Relação Produto-Resultado

###### 2.2.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

###### 2.2.2. Influência Produto-Resultado

#### 3. RESULTADO SETORIAL: PARTICIPAÇÃO CIDADÃ COM PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE

##### 3.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 3

##### 3.2. Relação Produto-Resultado

###### 3.2.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

###### 3.2.2. Influência Produto-Resultado

### II. CONTEXTO DE ATUAÇÃO DA SECRETARIA

### III. LIÇÕES APRENDIDA

# RELATÓRIO DE DESEMPENHO SETORIAL – RDS

Janeiro a Dezembro de 2010

## Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente – CONPAM

### I. ANÁLISE DOS RESULTADOS SETORIAIS

Resultados Setoriais / Indicadores	Ano Base 2006	2007	2008	2009	2010	Var. (%) 2010/2006
<b>Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente – CONPAM</b>						
<b>1. Melhoria da Qualidade dos Recursos Ambientais</b>						
Taxa de crescimento de atividades licenciadas (%)	40,0	8,8	45,2	-16,5	17,8	55,5 (1)
Índice de balneabilidade das praias (%)	57,67	58,37	67,77	63,42	74,95	30,0
Percentual de veículos inspecionados fora dos padrões (%)	7,4	5,7	6,8	4,5	4,4	-40,5
Índice de qualidade da água bruta (dentro dos limites estabelecidos pela CONAMA) (%)	-	-	-	89,84	85,54	-4,8
Nº de municípios com sistema de gestão de resíduos sólidos (1)	-	1	152	174	176	17.500,0 (5)
Nº de focos de calor e queimadas	5.492	2.614	8.810	4.371	4300	-21,7
Percentual de Áreas protegidas em UC's	22,02	22,04	22,05	22,05	22,05	0,1
Percentual de áreas protegidas em Reservas Legais	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,0
Nº de autorizações de consumo de matéria prima de origem florestal legalizada	10.942	15.402	22.662	19.256	736	(3)
Cobertura vegetal (ha) (4)	-	-	-	-	-	-
<b>2. Fortalecimento da Gestão Ambiental</b>						
Nº de municípios com gestão ambiental implantada	5	5	6	6	6	20,0
<b>3. Participação cidadã com princípios de sustentabilidade</b>						
Nº de pessoas capacitadas como Agente ambiental	1.284	888	1.301	2.310	1.125	-12,4
Nº de professores capacitados em Educação Ambiental	-	100	2140	1960	1446	1346,0 (5)

(1) Cálculo elaborado com base nos valores absolutos de atividades licenciadas, tanto para as taxas anuais como para a variação do período.

(2) Sistema de gestão implantado não implica somente na construção de aterro sanitário implantado, mas de todo processo que vai desde a elaboração dos planos de gerenciamento integrado.

(3) Portaria Nº 003/2010 abaixo, instituiu no âmbito do Estado do Ceará, o DOF – Documento de Origem Florestal em substituição ao DOFCE que foi computado somente até março de 2010.

(4) O indicador será trabalhado a partir de 2011.

(5) Variação percentual 2010/2007.

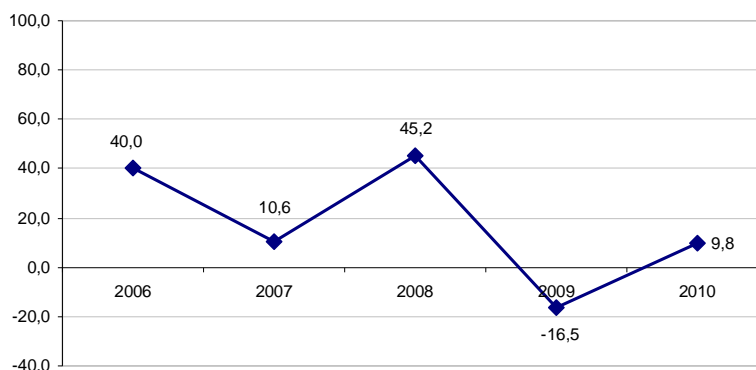
## 1. RESULTADO SETORIAL: MELHORIA DA QUALIDADE DOS RECURSOS AMBIENTAIS

### 1.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 1

#### 1.1.1. Taxa de Crescimento de Atividades Licenciadas (%)

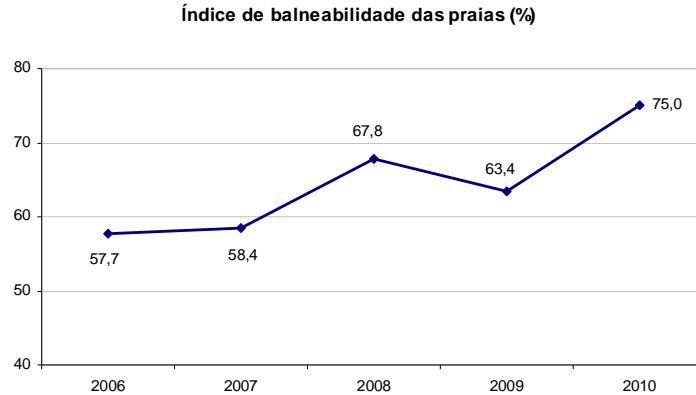
A evolução do crescimento de atividades licenciadas pela SEMACE no período de 2006 (2.502 licenças emitidas) a 2010 (3.622 licenças emitidas) foi positiva, com taxa de crescimento no período igual a 44,8%. Os fatores que contribuíram para esse resultado satisfatório são os seguintes: admissão dos aprovados no Concurso público realizado em 2009, implantação do agendamento eletrônico para o licenciamento, melhoria das condições de trabalho oferecida aos técnicos (máquinas fotográficas digitais, GPS), ampliação e renovação da frota equipada com sistema de monitoramento de veículos via satélite, agilizando tanto o deslocamento físico para os 184 municípios do Estado como das informações enviadas para a sede da SEMACE em tempo real, através do sistema Autotrac.

Taxa de crescimento de atividades licenciadas (%)



#### 1.1.2. Índice de Balneabilidade das Praias (%)

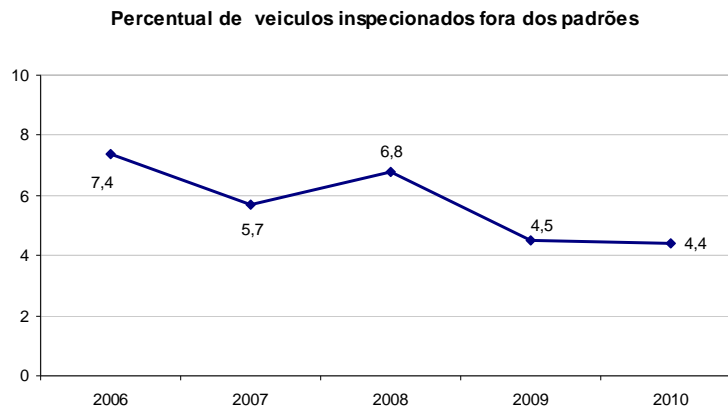
O índice de balneabilidade das praias no período de 2006, com 57,67% de praias próprias ao banho, a 2010 com 74,75%, foi positiva. A variação deste indicador no período apresentou um crescimento de 30,0% de praias próprias ao banho. O papel da SEMACE na coleta sistemática e divulgação pública desse índice proporciona aos banhistas e turistas uma informação precisa relativa à escolha do seu local de lazer e possibilita a outras setoriais a tomada de decisões, visando a redução dos índices de poluição de nossas praias e a atração de turistas que buscam as belezas do nosso litoral. Como exemplos podem-se citar o assoreamento dos rios e lagoas, a limpeza de galerias e bocas de lobo, saneamento básico, e estações de tratamento de esgotos.



### 1.1.3. Percentual de veículos inspecionados fora dos padrões

O indicador setorial “Percentual de veículos inspecionados fora dos padrões” é mensurado pelo Programa Fumaça Negra, visando o controle da emissão de fumaça negra pelos veículos automotores do ciclo diesel que circulam no Estado do Ceará, por meio de *blitzes* semanais nos principais corredores de tráfego.

Atualmente, o programa abrange todo o Estado e, além da frota metropolitana, são fiscalizados os transportes alternativos (TOPIC’s), caminhões, ônibus intermunicipais e veículos particulares, com *blitze* organizadas, em parceria com a Autarquia Municipal de Trânsito, Serviços Públicos e Cidadania de Fortaleza – AMC, Companhia de Policiamento Rodoviário do Estado do Ceará – CPRV, Polícia Rodoviária Federal – PRF, Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN e órgãos municipais de trânsito. Em 2009 e 2010, houve um acréscimo nas atividades exercidas pela equipe do Programa Fumaça Negra, conforme mostra o gráfico a seguir. Observa-se que no período de 2006 a 2010 ocorreu decréscimo de 40,5% no percentual de veículos com índices de fumaça em desacordo com os padrões estabelecidos pela legislação vigente, evidenciando o êxito do programa desenvolvido pela SEMACE. Essa redução do número de automotores do ciclo diesel com nível de FUMAÇA NEGRA fora dos padrões no período considerado, contribuiu com a melhoria da qualidade do ar, pela diminuição no lançamento de gases de efeitos nocivos a atmosfera, sobretudo o dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>).

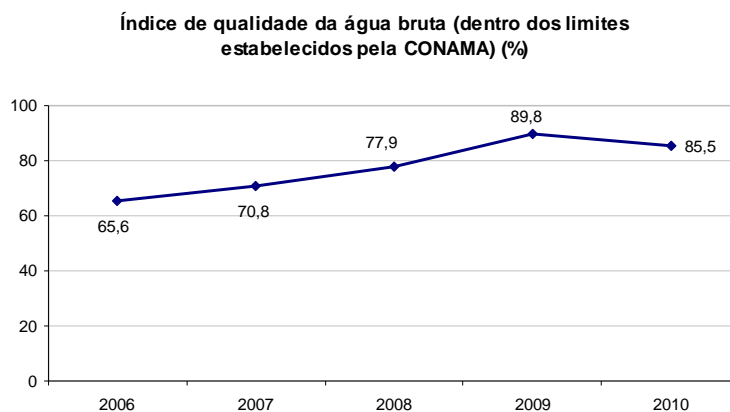


#### **1.1.4. Índice de Qualidade da Água Bruta (dentro dos Limites Estabelecidos pela CONAMA N° 357/05) (%)**

O programa de monitoramento ambiental das águas superficiais dos principais rios do Estado do Ceará e seus afluentes foi implementado a partir do ano de 2009, por meio da análise de amostras coletadas da nascente até a foz dos rios. Até o primeiro semestre de 2008, as coletas eram efetuadas em atendimento a denúncias de agressão ao meio ambiente. O sistema funcionava de forma perfunctória e monitorava apenas alguns corpos hídricos que estivessem em situação precária. Atualmente estão sendo monitoradas as 11(onze) Bacias Hidrográficas do Estado do Ceará: Alto Jaguaribe, Salgado, Banabuiú, Médio Jaguaribe, Baixo Jaguaribe, Acaraú, Coreaú, Curu, Parnaíba, Metropolitana e Litoral.

O monitoramento se justifica pela necessidade de reduzir as fontes de contaminação, subsidiando a identificação e regularização de fontes poluidoras, notadamente as originadas por descargas industriais, esgotos domésticos não tratados e drenagem pluvial em áreas urbanas. Esse procedimento é realizado visando manter a qualidade dos 18,0 bilhões de metros cúbicos de água em barragens do Estado, constituindo-se principal fonte de água para uso doméstico, industrial e agrícola.

No período 2006 a 2010 esse indicador apresentou um crescimento de 30,4%. Seu cálculo é baseado na resolução CONAMA 357/05 – que avalia a qualidade dos recursos hídricos a partir de parâmetros físico-químicos pré-estabelecidos. Sua divulgação é oportuna para fundamentar pesquisas e ações de outras secretarias que desenvolvem programas voltados para a melhoria da qualidade de vida, saúde, e para proteção da população dos efeitos patológicos propagados pelo meio hídrico contaminado.

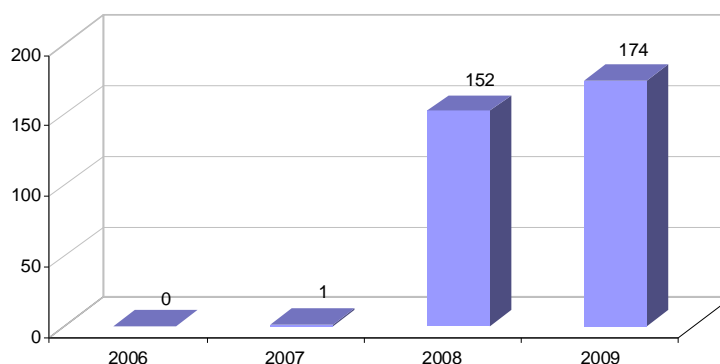


#### **1.1.5. N° de municípios com sistema de gestão de resíduos sólidos**

Visa implementar a Política Estadual de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos. O indicador apresentou uma evolução bastante significativa, considerando-se que no ano base-2006, nenhum município possuía Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos-PGIRS elaborado, passando a um número de 176 municípios até o ano de

2010. Este aumento de PGIRS elaborados teve como fator influenciador, a publicação do decreto Estadual que estabeleceu o Índice de Qualidade Municipal como indicador para repartição do ICMS, atrelando a elaboração dos referidos Planos a 2% do ICMS. Para tanto, o CONPAM emvidou esforços para preparar os municípios quanto ao cumprimento desta meta, com a realização de três cursos em Gestão de Resíduos Sólidos para os 184 municípios do Estado, superando a meta prevista em torno de 90%, com 368 técnicos capacitados.

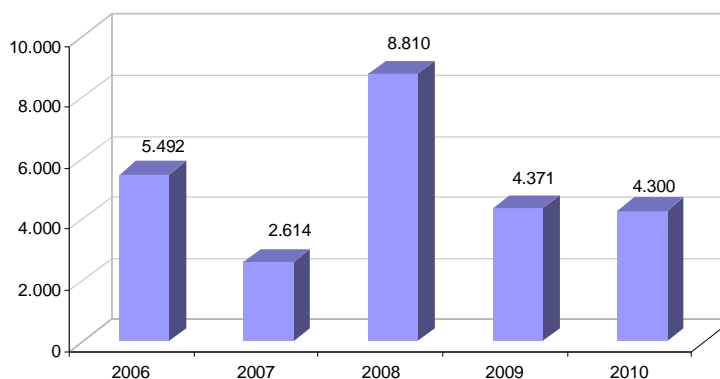
**Número de municípios com sistema de gestão de resíduos sólidos**



#### 1.1.6. Nº de Focos de Calor e Queimadas

A detecção de focos de calor por satélites meteorológicos NOAA, no Ceará, tem mostrado uma redução do número de focos desde o período de 2004 até 2007. Em 2008 verificou-se uma elevação desse número para 8.810 focos. Nos anos de 2009 e 2010 o número de focos cai para 4.371 e 4300 focos, respectivamente, mesmo usando-se outros satélites além dos NOAA para o monitoramento dos focos (quando o número de detecção aumenta em virtude de se ter mais satélites observando em mais horários do dia). A redução desses focos deve-se ao fato do Estado ter intensificado a partir do ano de 2009 uma política voltada para práticas agroflorestais a exemplo do Projeto Mata Branca, com capacitações dos agricultores, sindicatos e gestores municipais que orientam técnicas ambientalmente corretas. Entretanto os números ainda apontam a necessidade de se fortalecer essa política dado ao índice de desertificação que se apresenta no Ceará.

**Número de focos de calor e queimadas**



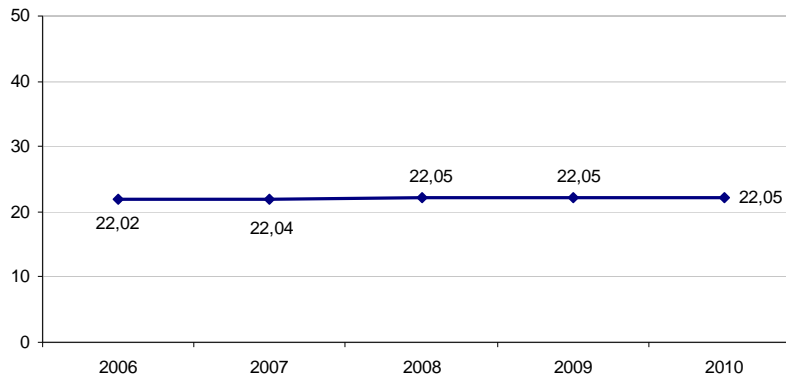


### 1.1.7. Percentual de Áreas Protegidas em Unidades de Conservação – UC’S

A gestão das Unidades de Proteção é uma das formas de garantir a preservação da dinâmica dos ecossistemas. Destaque-se a Criação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação que visa assegurar o uso racional dos recursos naturais, a proteção e preservação da diversidade biológica e o disciplinamento do processo de ocupação, assegurando assim a o uso sustentável dos recursos naturais.

A variação do indicador no período 2006 a 2010 foi de 0,14%. Apesar do pequeno crescimento, em face da enorme área do Estado do Ceará sobre a qual se calcula o percentual de áreas protegidas. Sua divulgação é importante para sinalizar o esforço e a prioridade do Governo na implementação de políticas de proteção e preservação do meio ambiente. O Estado do Ceará abrange uma área territorial de 146.348,30 km<sup>2</sup> (incluindo as massas d’água) dos quais 32.272 km<sup>2</sup> enquadram-se em de unidades de conservação - UC, que equivalem a 22,05% de áreas protegidas criadas pelo poder público federal (IBAMA) estadual (SEMACE) e municipal. Ressalta-se que este percentual engloba também, parte dos estados de Pernambuco, Piauí e Maranhão inseridos nas três maiores UCs federais, ou seja, APA da Serra da Ibiapaba(Ceará e Piauí), APA do Delta do Parnaíba(Ceará, Piauí e Maranhão) e APA da Chapada do Araripe (Ceará, Piauí e Pernambuco).

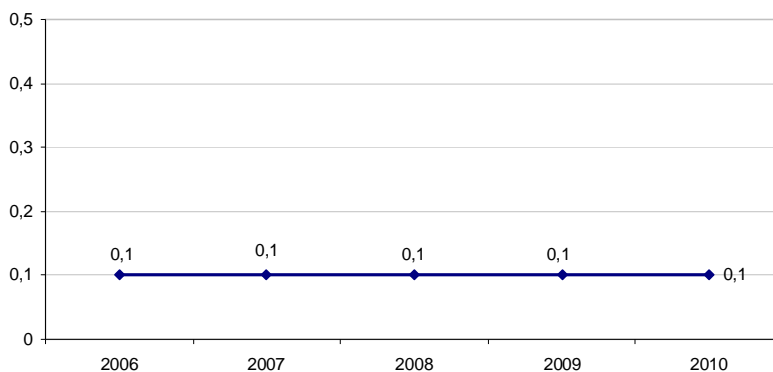
Percentual de Áreas protegidas em UC’s



### 1.1.8. Percentual de Áreas Protegidas em Reservas Legais (%)

Indicador sem análise.

**Percentual de áreas protegidas em Reservas Legais**



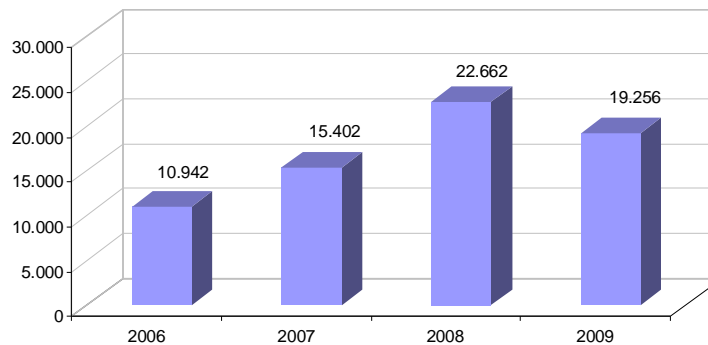
### **1.1.9. Nº de Autorizações de Consumo de Matéria Prima de Origem Florestal Legalizada – DOFCE**

Os dados para os anos de 2006 até março de 2010 foram apurados feita mediante a contagem do DOFCE – Número de documento de origem florestal emitidos no Estado do Ceará. Todavia, a Portaria Nº 003/2010, instituiu no âmbito do Estado do Ceará, o DOF – Documento de Origem Florestal em substituição ao DOFCE, de forma que os valores para o ano de 2010 foram computados somente até março.

De 2006 a 2008 a meta (3.000 autorizações/ano) foi superada, com 10.942, 15.402 e 22.662, respectivamente. Observa-se, também, evolução no número de Documento de Origem Florestal – DOFCE emitido por ano. Em 2009, foram emitidos 19.257 DOFCE, alcançando 72,67% da meta. Essa redução de 15,03% no número de DOFCE emitidos, em relação a 2008, deve-se à mudança no sistema utilizado, não tendo acarretado prejuízo ambiental. Em 2010 tinha-se, até março, 736 autorizações não tendo sido disponibilizado o número de autorizações a partir da portaria Nº 003/2010 que institui o DOF.

O DOF – a licença obrigatória para o transporte e armazenamento de produtos e subprodutos florestais de origem nativa, contendo informações sobre a procedência desses produtos, passou a ser disponibilizado no endereço eletrônico do IBAMA, na Rede Mundial de Computadores. Embora a menção desse fato seja enfatizado na Portaria Nº 003/2010, até o presente momento, apesar dos inúmeros contatos mantidos com o IBAMA para esse fim, a SEMACE ainda não obteve nenhuma informação a respeito desse indicador, o que impossibilita o acompanhamento de seu desempenho. O gráfico abaixo apresenta o desempenho do indicador no período de 2006 a 2009.

**Número de autorizações de consumo de matéria prima de origem florestal legalizada**



### **1.1.10. Cobertura Vegetal (ha)**

Esse indicador deverá ser trabalhado a partir do ano de 2011, com a aquisição de imagens que vão permitir a mensuração de dados precisos. Atualmente foi adquirido pelo projeto Mata Branca algumas imagens para a região dos Inhamuns que estão sendo trabalhadas em parceria com a FUNCEME. O cálculo desse indicador é de fundamental importância para o controle ambiental dos recursos florestais do Estado.

## **1.2. Relação Produto-Resultado**

### **1.2.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas**

**Controle Ambiental (226)** – Os sete produtos implementados pelo programa estão relacionados às ações de gestão integrada dos ativos ambientais, licenciamento e fiscalização ambiental, defesa ambiental (disque natureza), gestão do sistema de controle e monitoramento da qualidade do ar, dos quais cinco apresentaram desempenho positivo em relação à meta planejada e executada. Para análise de desempenho dos produtos em relação ao cumprimento de metas foi utilizada a seguinte regra:

Desempenho Positivo: para realização de 70% ou mais da meta estabelecida;

Desempenho neutro: situações onde o realizado se situar no intervalo de 50% a 70% do programado;

Desempenho negativo: quando o realizado atingir menos de 50% da meta.

Os indicadores com meta cumprida foram: "Licença concedida" (Meta: 3.000; Realizado: 3.622) superou a meta em 20,73%, indicando desempenho positivo. Do total de licenças, 434 foram licenças Prévia, 997 Licenças de Instalação, 876 Licenças de Operação, 57 Licenças de Instalação e Operação, 65 Renovação de Licença Prévia, 85 Renovação de Licença de Instalação e 1.180 Renovação de Licença de Operação; "Praia monitorada" (Meta: 65; Realizado: 65), o produto atingiu 100% da meta prevista e evoluiu muito nestes quatro anos quando estendeu de

21 pontos de coletas em Fortaleza para 65 pontos de coleta em todo o Litoral Cearense, distribuído em 31 pontos na Capital monitorada semanalmente e 34 pontos nos demais municípios litorâneos do Estado, monitorados mensalmente. Para o ano de 2010, foram coletadas 1.896 amostras de águas para análise, sendo 1.488 na Capital e 408 no Interior; "Veículo inspecionado" (Meta: 3.500; Realizado: 8.044) - A medição do nível de FUMAÇA NEGRA (veículos automotores do ciclo diesel) é feito com a escala RINGELMANN, conforme definido em Portaria 136/07, DOE 10.10.07, constituída de cinco colorações que variam de cinza claro a preto total. De 0 % a 40% é considerado Normal e de 41% a 100%, fora dos padrões Em 2010 foram inspecionados 8.044 veículos através de 125 blitz, sendo a meta do ano superada em 129,8%; "Monitoramento realizado (qualidade da água)" (Meta: 102; Realizado: 100) com 98,0% da meta cumprida, esse produto se refere ao monitoramento ambiental das águas superficiais dos principais rios do Estado do Ceará e seus afluentes, por meio da análise de amostras coletadas da nascente até a foz. . Para 2010 o Programa planejou suas atividades em 4 etapas de coletas nas 11 Bacias Hidrográfica do Estado: 1º etapa - fevereiro; 2º etapa - maio; 3º etapa - setembro; 4º etapa - novembro. Nas quatro etapas foram visitadas pelos técnicos da SEMACE, 34 Bacias, beneficiando 70 Municípios em 100 Pontos de coletas, sendo colhidas 376 amostras para análise, obtendo resultado de 85,54% de acordo com os parâmetros estabelecidos pela CONAMA; "Denúncia atendida" (Meta: 1.000; Realizado: 1.212), o produto superou a meta prevista em 21,2%. Em se tratando de demanda espontânea, o número de denúncias protocolada na SEMACE no ano de 2010 foi de 1.212, com atendimento de todas.

Dois produtos não cumpriram a meta prevista: "Autorização ambiental concedida" (Meta: 2.500; Realizado: 427) e "Autorização florestal concedida" (Meta: 2.500; Realizado: 236), cumpriram respectivamente, 17,1% e 9,4% tendo, portanto, desempenho negativo. Uma das razões para o fraco desempenho foi que as metas não foram planejadas adequadamente.

**Proteção de Recursos Ambientais (046)** - Os produtos implementados pelo Programa estão relacionados às ações de identificação de áreas de risco de acidentes com produtos químicos perigosos, prevenção, monitoramento, controle de queimadas e combate aos incêndios, gestão da política de controle de agrotóxico e gestão integrada de resíduos sólidos urbanos e industriais, apresentaram desempenho positivo em relação às metas planejadas e executadas, como explicitado a seguir: "Gestor Municipal capacitado em resíduos sólidos" (Meta: 184; Realizado: 184), referente à capacitação de técnicos dos 184 municípios cearense no sentido de orientá-los na elaboração dos Planos de Gestão integrada de resíduos Sólidos foi cumprida integralmente, demonstrada na evolução do numero de PGIRS elaborados; Área de risco mapeada (Meta: 270; Realizado: 245) refere-se à prevenção e proteção ambiental de áreas previamente identificadas como de risco de acidentes com produtos químicos perigosos no Ceará, com a realização de 90,7% do previsto , não foi cumprida integralmente em função do convenio que expirou , tendo sido cadastrados até 2010, 256 áreas; "Curso realizado" (Meta: 3; Realizado: 6), a meta foi superada pela oferta de mais três cursos com recursos do Projeto Mata Branca; Seminário realizado (Meta: 5; Realizado:5), meta 100,0% cumprida. Os seminários foram realizados de forma regionalizada, com o objetivo de orientar os gestores municipais e produtores rurais a cerca das boas práticas de manejo florestal, para evitar o uso do fogo de forma descontrolada e, com isso, reduzir o número de focos de calor no Estado.

**Biodiversidade PROBIO (475)** - Os produtos implementados pelo programa estão relacionados às ações de criação de unidades de conservação e gestão do sistema estadual de unidades de conservação, que apresentaram o seguinte desempenho em relação às metas planejadas e executadas: “Unidade de Conservação - UC criada” (Meta: 3; Realizado:0). As Unidades de Conservação de Tauá, Icapuí e Acopiara que estavam previstas para serem criadas em 2010 não se consolidaram, em virtude dos estudos de delimitação de áreas e desapropriações não terem sido concluídos, encontrando-se em tramitação o processo burocrático. Desta forma o indicador não cumpriu a meta prevista; “Sistema Estadual de Unidades de Conservação implantada” (Meta: 15; Realizado:0) - A não existência de UCs integradas deve-se ao fato de que a lei de criação do SEUC ainda não foi publicada.

**Programa Estadual de Floresta – PEF (474)** - Os produtos da Matriz de GPR relativos a esse programam têm previsão de suporte pelas ações de gestão dos planos de manejo sustentáveis e gestão do cadastro de consumidores de matéria – prima de origem florestal. No que se refere ao desempenho físico dos produtos, o COMPAM registra as seguintes realizações em relação às metas planejadas e executadas: “Plano de manejo implantado (licenciado)” (Meta: 10; Realizado: 25), meta superada em 150%; “DOF emitido” (Meta: 16.500; Realizado: 736), o valor considerado como realizado se refere até março de 2010, data em que a Portaria Nº 003/2010, instituiu no âmbito do Estado do Ceará, o DOF – Documento de Origem Florestal em substituição ao DOFCE; “Viveiro de mudas implantado” (Meta: 18; Realizado: 9), foram previstos a construção de 11 viveiros de acordo com recursos liberados no MAPP, entretanto dois dos municípios contemplados não realizaram a doação dos terrenos ao Estado em tempo hábil, tendo sido construídos nove viveiros o que equivale a realização de 50% da meta prevista no PPA e 81,8% do previsto com recursos liberados pelo MAPP; “Área reflorestada” (Meta: 50; Realizado: -), em função da necessidade de imagens precisas para mensuração deste indicador, há previsão para disponibiliza-lo a partir de 2011.

### **1.2.2. Influência de Produtos Sobre o Resultado**

Os indicadores do CONPAM relacionados ao resultado setorial **Melhoria da Qualidade dos Recursos Ambientais** perfazem um total de 10, compondo o seguinte quadro: 7 com evolução positiva, 2 registram estabilidade nos resultados e 1 não possibilita avaliação em razão da ausência de dados. No balanço global desses indicadores, 60,0% de evolução positiva, conferindo ao CONPAM desempenho positivo no período 2006-2010. Entre os indicadores com desempenho satisfatório, destacam-se os seguintes: índice de qualidade de água bruta, com variação positiva de 30,4%; índice de balneabilidade das praias com percentual de acréscimo de 30,0%; queda de 40,5% no índice de poluição veicular; expressiva melhoria no número de municípios com sistema de gestão de resíduos sólidos, com 17.500,0%, passando de nenhum município em 2006 e um município em 2007, para 176 em 2010; e número de focos de calor e queimadas, com decréscimo de 21,7%. Os indicadores preocupantes ficam por conta do percentual de áreas protegidas em Unidades de Conservação que não avançou no período 2006-2010, permanecendo em torno de 22,05; o percentual de áreas protegidas em Reservas Legais com o mesmo percentual de 0,10% em todo o período e a cobertura vegetal, que não houve apuração do indicador, impossibilitando a análise de tendência. Com relação a esse aspecto, é importante chamar a atenção para a importância da cobertura vegetal

no Estado, especialmente pelas condições de semiaridez a que está submetido a maior parte do território cearense, sendo imprescindível a proteção dos recursos naturais, principalmente no que diz respeito à preservação dos solos. O comportamento desse indicador mostra a necessidade de intervenção em curto prazo para verificar as condições de degradação ambiental do Estado, com ações para solucionar os problemas ambientais, dentre os quais a desertificação de áreas, que prejudicam a sustentabilidade dos ecossistemas. Em termos de bens e serviços ofertados via programas de governo buscando atingir o resultado **Melhoria da Qualidade dos Recursos Ambientais**, verifica-se que 58,8% dos produtos que concorrem para o resultado cumpriram ou superaram as metas, sinalizando a contribuição positiva para o resultado setorial pretendido. Os dados de desempenho dos produtos, em relação às metas previstas, são os seguintes: Do total de 17 produtos vinculados aos 4 programas finalísticos, 10 cumpriram as metas no período janeiro-dezembro de 2010, 5 ficaram aquém do desejado e 2 tiveram problemas de mensuração, configurando uma situação satisfatória no desempenho físico. Vale observar, entretanto, que embora o desempenho dos produtos tenha sido atingido para a maior parte dos produtos, 41,2% do total de indicadores apresentou desempenho aquém do esperado ou impossibilitado de avaliação.

A execução orçamentária dos 4(quatro) programas que contribuem para o resultado setorial apresentam o seguinte desempenho para o período janeiro-dezembro de 2010: **Controle Ambiental(226)**, atingiu um nível de realização de 79,8%, sendo portanto considerado positivo (maior que 70%); **Proteção dos Recursos Ambientais (046)**, desempenho negativo com realização de apenas 8,4% do orçamento; **Programa da Biodiversidade (475)**, com execução de 52,3%, podendo ser considerado neutro (entre 50% e 70%); e **Programa Estadual de Floresta(474)** que atingiu 94,1% e portanto, com desempenho financeiro positivo.

Comparando-se os desempenhos físico e financeiro dos 4 (quatro) programas tem-se: **Controle Ambiental(226)**, com resultados positivos em ambos os casos; **Proteção dos Recursos Ambientais (046)**, com excelente desempenho físico e péssimo desempenho financeiro; **Programa da Biodiversidade (475)**, com 0% de execução física e neutro desempenho financeiro; e **Programa Estadual de Floresta(474)**, com resultado positivo do ponto de vista financeiro, mas não conclusivo no tocante às realizações físicas por ter, dos quatro indicadores de produto, um com resultado positivo, um neutro e dois impossibilitados de mensuração.

Do ponto de vista global do desempenho desse segmento, a influência dos produtos sobre resultado apresentou sinais positivos, com a ressalva de que indicadores importantes tais como os relacionados às áreas protegidas em UC'S, em reservas legais e cobertura vegetal, que não avançaram no período, não influenciando positivamente o resultado setorial.

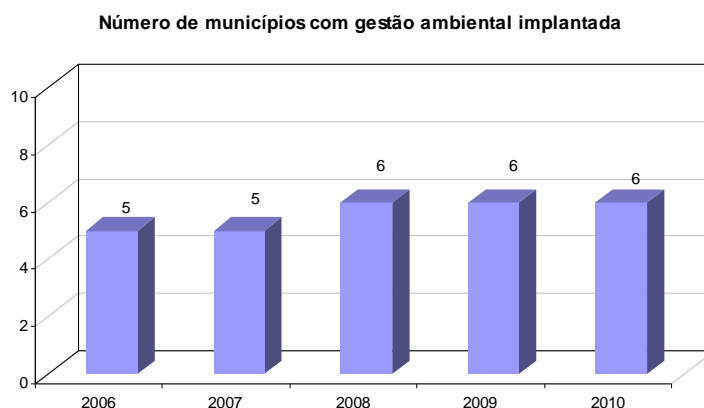
## **2. RESULTADO SETORIAL: FORTALECIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL**

### **2.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 2**

#### **2.1.1. Nº de municípios com sistema de gestão ambiental implantada**

Objetiva trabalhar o processo de descentralização da gestão ambiental, por meio da elaboração e implantação dos instrumentos necessários à execução da política ambiental nos municípios. O indicador continua estável, entretanto observa-se que dos 184 municípios, 134 já criaram suas instituições ambientais e trabalham ações como: educação ambiental e fiscalização. Um dos fatores que influenciam no avanço do indicador é que para realização do licenciamento, que caracteriza o processo de descentralização, o município tem que seguir algumas regras postas na Resolução CONAMA 237/2007, tais como possuir equipe técnica e lei ambiental.

Neste contexto, o Programa Selo Município Verde - PSMV surge não só como um incentivo às municipalidades para a certificação ambiental pública, mas também como canal para a efetiva implementação de políticas ambientais e participação da sociedade civil nas definições de suas necessidades e no estabelecimento de prioridades em defesa do meio ambiente. Os resultados evidenciados no período de 2007 até 2010 pelo incremento significativo no número de Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente, evoluindo para 162 COMDEMAS e pela criação de 131 órgãos ambientais municipais, refletiram de forma positiva o direcionamento das políticas ambientais no Ceará, permitindo ao Ministério do Meio Ambiente apontar o PSMV como referência no Brasil.



## 2.2. Relação Produto-Resultado

### 2.2.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

**Gestão Ambiental Estratégica (059)** - Os produtos executados pelo Programa estão relacionados às ações de implementação do zoneamento ecológico econômico da zona costeira, serras úmidas e caatinga, implantação dos planos de intervenção da orla marítima, fortalecimento do sistema estadual do meio ambiente, certificação dos municípios com o Selo Município Verde e implementação do ICMS Ecológico, que apresentaram o seguinte desempenho em relação às metas planejadas e executadas: "Município com ZEE implantado" (Meta: 3; Realizado: 0) - A meta não foi cumprida em função da necessidade de publicação do decreto que regulamenta a Lei do Gerenciamento Costeiro que passou por um processo de revisão/atualização no ano de 2009, com realização de audiências públicas com vistas a legitimação do mesmo. Após a publicação do decreto, que estava prevista para 2010, seriam iniciados os seminários nos municípios costeiros para efetivação da implantação. A não implantação

da ZEE, portanto, deveu-se à ausência do decreto de regulamentação da referida lei, que foi elaborado faltando assinatura e publicação; "Município certificado com selo verde" (Meta: 45; Realizado: 33), o produto alcançou 73,3% da meta prevista para o ano de 2010, podendo ser considerado um desempenho positivo (superior a 70%). Foram inscritos 105 municípios, porém após análise da documentação encaminhada, somente 33 alcançaram o índice definido para certificação; "Seminário realizado (Sobre ICMS ecológico)" (Meta: 5; Realizado: 5), foram realizados os cinco seminários de orientação aos municípios a cerca da repartição do ICMS com base no indicador de Qualidade Municipal- IQM, que estavam previstos para o ano de 2010, onde 176 municípios cumpriram a meta estabelecida; "Plano de intervenção da orla marítima implantado" (Meta: 5; Realizado: 0) - A elaboração dos planos é um projeto desenvolvido em parceria com o Ministério do Meio Ambiente – MMA, com meta não cumprida em razão da paralisação do programa, motivado pelo seu redesenho no Ministério. No ano de 2010 foi trabalhada a capacitação dos municípios para elaborarem seus planos, os quais estarão sendo elaborados ao longo do ano de 2011.

### **2.2.2. Influência de Produtos Sobre o Resultado**

O indicador de resultados **Nº de Municípios com Gestão Ambiental Implantada** apresentou, no período 2006-2010, discreta evolução de 20% de acréscimo no número de municípios que se engajaram na gestão ambiental. A gestão ambiental tem como propósito trabalhar o processo de descentralização por meio da elaboração e implantação de instrumentos necessários à execução da política ambiental nos municípios. No que se refere aos bens e serviços ofertados via programas de governo para atingir o resultado pretendido, observa-se que o programa **Gestão Ambiental Estratégica (059)** selecionou 4 produtos na Matriz de GPR para contribuir com o resultado setorial, dos quais dois produtos, "número de municípios certificados" e "seminário realizado sobre ICMS Ecológico" tiveram desempenho satisfatório, com o primeiro cumprindo 73,3% da meta prevista e o segundo, 100%. Os demais indicadores, "Município com ZEE implantado" e "Plano de intervenção da orla marítima implantado" tiveram 0% de execução, mostrando que estes dois produtos não tiveram influência exercida sobre o resultado setorial.

Em termos de execução orçamentária, observa-se que o programa **Gestão Ambiental Estratégica(059)** apresentou desempenho inferior ao desejado para o período janeiro-dezembro, de 2010, com apenas 29,6% de realização financeira, limitando a realização das metas. Importantes ações orçamentárias relacionadas aos produtos não empenharam recursos em 2010, tais como "Implementação do Zoneamento Ecológico da Zona Costeira, Serras Úmidas e Caatinga e Implantação dos Planos de Intervenção da Orla Marítima".

Do ponto de vista global do desempenho físico e financeiro, os dados mostram que as posições obtidas tanto do resultado, quanto do produto, não avançaram de acordo com o desejado.

## **3. RESULTADO SETORIAL: PARTICIPAÇÃO CIDADÃ COM PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE**

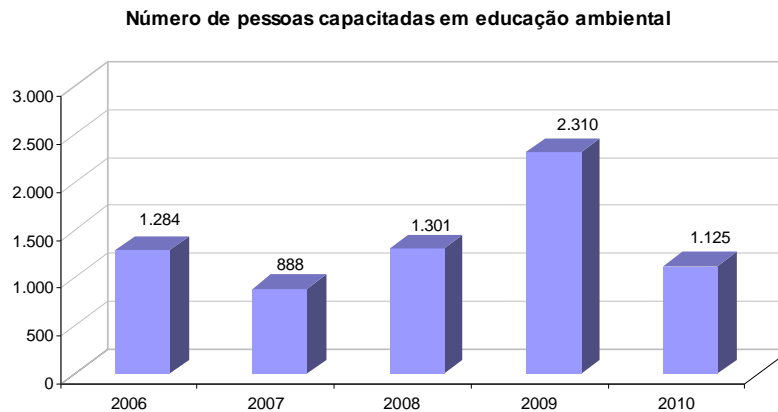
### **3.1. Evolução dos Indicadores de Resultado Setorial 3**



### 3.1.1. Nº de pessoas capacitadas como Agente Ambiental

A Capacitação para Agentes Multiplicadores em Educação Ambiental no ano de 2010, resultaram em 1.125 pessoas capacitadas. A evolução do indicador no período considerado de 2006 a 2010 apresentou um decréscimo de variação de 12,4%.

O ano de 2010 apresentou algumas características peculiares que influíram diretamente no baixo desempenho do número de Agentes Multiplicadores Capacitados: em atendimento à legislação eleitoral vigente, várias ações do PEACE foram prejudicadas; a distribuição do material didático nos cursos oferecidos pelo CONPAM e pela SEMACE, ficou suspensa e paralisada uma vez que corria o risco de ser considerada como eventua propagandas de Governo.



### 3.1.2. Nº de professores capacitados em educação ambiental

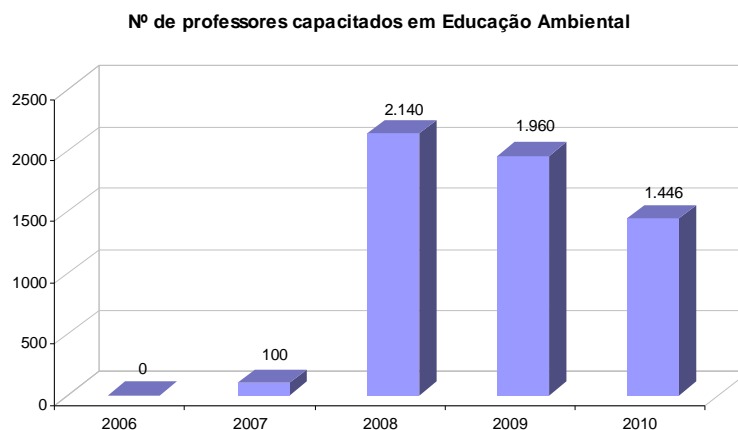
O Curso de Formação de Educadores Ambientais Desenvolvido pelo CONPAM visa à capacitação de professores da rede pública estadual e municipal em Educação Ambiental. As ações de Educação Ambiental devem desenvolver o espírito crítico e a criatividade do cidadão quanto às alternativas locais de desenvolvimento sustentável, na busca de um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações.

As ações de Educação Ambiental devem desenvolver o espírito crítico e a criatividade do cidadão quanto às alternativas locais de desenvolvimento sustentável, na busca de um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações.

O projeto foi iniciado em 2007 com a formação de 100 professores, com o comprometimento de cada um formar e capacitar uma turma de 40 professores em seus municípios. A realização dos cursos nos anos subsequentes levou o projeto a um número de 5.646 Educadores Ambientais até 2010.

A capacitação de professores como Educadores Ambientais resultou em 1.446 professores capacitados em 2010 superando em muito a meta prevista de 100 professores neste ano. Parcerias foram firmadas entre o CONPAM e a

URCA/GEOPARK CARIRI, e entre CONPAM e PROJETO MATA BRANCA, o que contribuiu de forma considerável para o bom desempenho do último ano. O indicador apresenta uma evolução de 1.346,0% no período 2007 a 2010, mostrando que a estratégia de formação de professores com efeito multiplicador gerou excelente resultado.



## 3.2. Relação Produto-Resultado

### 3.2.1. Desempenho de Produtos em Relação às Metas

**Programa de Educação Ambiental do Estado do Ceará – PEACE (435)** - Os produtos implementados pelo programa estão relacionados às ações de formação de educadores ambientais, construção da Agenda 21 Estadual, qualificação de gestores ambientais e formação de agentes ambientais que apresentaram o seguinte desempenho em relação às metas planejadas e executadas: Gestor ambiental qualificado (Meta:240; Realizado: 0), não foi realizado porque o projeto foi concluído em 2009; “Curso realizado” (Meta:20; Realizado: 30), o produto superou a meta em 60%, com a realização de 32 cursos de Formação de Educadores Ambientais nos seguintes municípios: de Amontada, Apuiarês, Assaré, Barbalha, Banabuiú, Bela Cruz, Beberibe, Canindé, Caucaia, Croatá, Cruz, Crato, General Sampaio, Aiuaba, Iraporanga, Icó, Iracema, Jijoca de Jericoacoara, Nova Olinda, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Monsenhor Tabosa, Orós, Poranga, Quiterianópolis, Santa Quitéria, Santana do Cariri, São Benedito, Tamboril, Trairi, Uruburetama, Ubajara; “Professor capacitado em educação ambiental”(Meta: 800; Realizado:1.446), o produto superou a meta em 80,75%, com a capacitação de professores em educação ambiental; Agenda 21 elaborada (Meta: 1 Realizado:0), o processo de construção da Agenda 21 do Estado do Ceará foi iniciado oficialmente com a realização da 1ª REUNIÃO PARA CONSTRUÇÃO DO FÓRUM PERMANENTE DA AGENDA 21 DO ESTADO DO CEARA realizada no CONPAM em julho/2010. Foram realizadas mais duas reuniões do Elo Cearense das Agendas 21 Locais nos meses de Agosto e Setembro. Em outubro de 2010 o CONPAM realizou, em parceria com os Territórios de Identidade e Instituto Agropolos, 9 seminários regionais com o objetivo de construir diagnóstico participativo do Estado para a construção da agenda 21 estadual. Os seminários foram realizados nos municípios de Icó, Orós, Crato, Quixadá, Camocim, General Sampaio, Bela Cruz, Sobral e Jijoca de Jericoacoara; “Agente ambiental capacitado” (Meta: 900; Realizado: 1.125),

a análise da evolução das capacitações desenvolvidas no Curso de Formação de Agentes Multiplicadores em Educação Ambiental realizado pela SEMACE indica superação da meta em 25%. Foram realizados 24 Cursos de Capacitação para Multiplicadores em Educação Ambiental no ano de 2010, resultando em 1.125 agentes capacitados em 18 municípios: Assaré, Barbalha, Barroquinha, Baturité, Beberibe, Boa Viagem, Brejo Santo, Iguatu, Independência, Ipaumirim, Irauçuba, Jaguaratama, Jardim, Madalena, Morada Nova, Nova Rusas, Russas, Varjota.

### **3.2.2. Influência de Produtos Sobre o Resultado**

Os indicadores de resultados **Nº de Professores Capacitados em Educação Ambiental e Nº de Pessoas Capacitadas como Agente Ambiental** mostraram desempenho diferenciado, com o primeiro registrando variação positiva de 1.346,0% no período 2007-2010 e o segundo, variação negativa igual a -12,4% no período 2006-2010. Esse trabalho é centrado na capacitação de professores e agentes da rede pública estadual e municipal em educação ambiental, que atuam como multiplicadores em seus municípios. A capacitação das pessoas como agentes ambientais ficou prejudicada devido a paralisação e suspensão de várias atividades do PEACE em atendimento à legislação eleitoral vigente.

No que se refere aos bens e serviços ofertados via programa de governo para atingir o resultado setorial **Participação Cidadã com Princípios de Sustentabilidade**, observa-se que o programa **Educação Ambiental do Estado do Ceará (435)** selecionou 5 produtos na Matriz de GPR para contribuir com o resultado setorial, dos quais 3 cumpriram satisfatoriamente as metas, um se encontra em processo de elaboração e o último não foi realizado porque o projeto havia sido concluído em 2009, mostrando que, em termos de execução global do conjunto de produtos, a influência foi positiva para o resultado setorial.

No que se refere à execução orçamentária, observa-se que o programa **Educação Ambiental do Estado do Ceará (435)** apresentou desempenho inferior ao desejado para o período janeiro-dezembro de 2010, com 36,0% de realização financeira, percentual aquém do esperado, considerando o parâmetro de 70,0% utilizado para avaliação do desempenho positivo da execução financeira.

Do ponto de vista físico e financeiro, os dados mostram que o desempenho físico no que se refere aos produtos da Matriz de GPR foi satisfatório, enquanto a realização orçamentária obteve posição aquém do desejado, sinalizando a necessidade de examinar o quadro com maior profundidade. É importante assinalar a necessidade de rever os indicadores "Nº de Professores Capacitados em Educação Ambiental" e "Nº de Pessoas Capacitadas como Agente Ambiental" que figuram simultaneamente como produto e resultado na Matriz de GPR da Instituição, considerando os indicadores acima como produtos e o valor percentual de pessoas capacitadas com relação à demanda, como resultado.

## **II. CONTEXTO DE ATUAÇÃO DA SECRETARIA**

O Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente- CONPAM e sua vinculada, Superintendência Estadual de Meio Ambiente- SEMACE, vêm buscando alcançar os resultados estratégicos de governo, tendo como base a promoção do Crescimento Econômico com Sustentabilidade, o que implicou na estruturação de programas e projetos que contemplam ações voltadas para o desenvolvimento econômico aliado à melhoria da qualidade dos recursos ambientais.

A evolução das políticas ambientais no Estado está caracterizada pelos resultados positivos apresentados pelos indicadores constantes tanto no painel de controle, quanto na matriz setorial.

Dentre as competências atribuídas por lei ao Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiental -CONPAM, destaca-se a integração das políticas públicas dentro do Estado, uma vez que a questão ambiental é um tema transversal, o que permitiu a este Conselho manter boas parcerias com outras instituições, a exemplo do programa Selo Município Verde, PREVINA, Mata Branca, dentre outros.

Os resultados alcançados refletem de forma positiva a implementação dos programas e projetos desenvolvidos para a área ambiental, apontando com clareza o direcionamento das políticas, permitindo avaliar o desempenho da Instituição e de sua Vinculada. Ressalte-se a necessidade de serem repensados alguns produtos e indicadores de produtos que se entende não dependerem diretamente da execução dos programas, mas da vontade política dos municípios, o que de certa forma traduz um risco para o alcance efetivo da meta, mascarando ou prejudicando os resultados.

Como citado anteriormente, o CONPAM tem trabalhado em parceria na maioria de seus programas, a exemplo:

- Programa Selo Verde tem como objetivo promover e incentivar os municípios a executarem as políticas ambientais de cunho local, coordenado pelo CONPAM e trabalhado por um comitê Gestor e Comissão Técnica, constituído por representantes de instituições públicas no âmbito estadual, federal e também representantes da sociedade civil: SEMACE, IBAMA, SEINFRA, SESA, SETUR, SRH, CAGECE, SEBRAE, PGE, UFC, OAB, APRECE e ASSOCIAÇÃO CAATINGA..

- PREVINA desenvolve ações de prevenção, monitoramento e controle de queimadas e combate aos incêndios florestais. Coordenado pelo CONPAM e desenvolvido juntamente com a Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE; Defesa Civil; Companhia de Polícia Militar Ambiental (CPMA); Corpo de Bombeiros; Secretaria de Desenvolvimento Agrário-SDA; Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos– FUNCEME; Departamento de Edificações e Rodovias-DER; Assembléia Legislativa, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA/CE; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA.

- P2R2- Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com produtos Químicos Perigosos e Desastres de origem Natural e/ou Antropogênica do Estado do Ceará - Convênio com o Ministério do Meio Ambiente,

coordenado pelo CONPAM e executado em parceria com: SEMACE, Corpo de Bombeiros, Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, CPRV, CPMA, CIOPS, Vigilância Ambiental da Secretaria de Saúde, Ministério Público, IBAMA, Polícia Rodoviária Federal.

- Fortalecimento da Gestão Ambiental/Programa Nacional de Capacitação- PNC visa Implementar a Política de Fortalecimento da Gestão Ambiental no Estado, promovendo a descentralização – Conveniado com o Ministério do Meio Ambiente, coordenado pelo CONPAM e em parceria com os órgãos que compõem a Tripartite Estadual - IBAMA, SEMACE, SEMAM E APRECE.

- Projeto Orla/Certificação Praia Limpa - Conveniado com o Ministério do Meio Ambiente, coordenado pelo CONPAM e Secretaria do Patrimônio da União, executado em parceria com as seguintes instituições: APRECE, CIDADES, AGU, FEPESC, FIEC, SEBRAE, FUNCEME, GRPU, IBAMA, LABOMAR, SEINFRA, SEMACE, SETUR, SRH, PGE, MPE, ABIH e FORUM ELOS E ECOS.

- Gestão Municipal em Resíduos Sólidos - Orientar/promover e implementar uma boa gestão dos Resíduos Sólidos nos municípios. Coordenado pelo CONPAM e executado em parceria com a Secretaria das Cidades, SEMACE e Secretaria da Saúde.

- Programa Estadual de Educação Ambiental-PEACE – Objetiva promover a internalização, o disciplinamento e o fortalecimento da dimensão ambiental no processo educativo, com vistas a prevenir e conter os impactos negativos ao meio ambiente, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida no Estado do Ceará e o aperfeiçoamento do processo de interdependência Sociedade- Natureza, necessários à manutenção da vida no Planeta Terra.

### **III. LIÇÕES APRENDIDAS**

As lições aprendidas na execução de programas, projetos e ações de cunho ambiental referem-se, principalmente, ao emprego dos princípios da transversalidade, cidadania, participação, sustentabilidade, interdisciplinaridade, continuidade, efetividade, regionalidade e respeito às comunidades locais, levando-se a buscar cada vez mais o enraizamento e o empoderamento dos princípios ambientais pelos municípios assistidos pelo CONPAM/SEMACE.